

A Aventura da Reeleição

25. III - 59

Embora tudo possa acontecer neste país, duvidoso é que se consiga emendar a Constituição para permitir a reeleição do sr. Juscelino Kubitschek. Várias são as dificuldades que se teriam de transpôr, a começar por certos interesses que seriam prejudicados e, na melhor das hipóteses, teriam de esperar mais cinco anos para se satisfazerem. Que seria, por exemplo, da candidatura do marechal Lott, que os ventos nacionalistas estão enfunando?

E' possível, portanto, que não vingue o intento dos amigos do Presidente, que, na permanência dêle, teriam a segurança de continuar a fruir as vantagens do poder. Mas, ainda assim, não deixa a tentativa de constituir um grave sintoma da crescente degenerescência da nossa vida pública. Os que se instalam no poder podem pensar em tudo, menos em deixá-lo. A república é essencialmente a temporariedade das funções, mas os nossos repúblicos tendem a perpetuar-se no poder. Condenavam a monarquia por causa da permanência do poder supremo numa mesma pessoa, embora ela revelasse grande dignidade e patriotismo: pretende-se agora equivalente permanência na pessoa de simples aventureiros do voto popular. Bem vingados estão os monarquistas, que o golpe militar de 15 de novembro derribou!

Verdade é que se procura justificar a continuidade no mando, pela própria democracia. Se a maioria da Nação está inteiramente satisfeita com o governante e deseja mantê-lo depois de terminado o mandato, negação da sua soberania seria impedir-lho. A maioria é quem manda. Mas assim argumentam os que, ou da democracia nada sabem, ou dela nada querem. Requer a democracia uma série de garantias para poder vingar e sobreviver. O govêrno, ainda que democrático seja, põe tal poder nas mãos dos governantes, fornece-lhes tão poderosos meios de compressão e corrupção, que contra êstes mister se faz proteger os governados. Tal proteção é o principal objetivo das constituições políticas. A democracia pode querer tudo, menos o que a possa arruinar.

Assim se justifica a proibição das reeleições no sistema presidencial, a qual, parecendo à primeira vista uma restrição ao poder do eleitorado, é em verdade uma das suas garantias. Bem inspiradas foram as nossas constituições republicanas, que têm uniformemente vedado a reeleição de presidentes e governadores. São as reeleições que têm produzido as longas e vergonhosas ditaduras latino-americanas. O governante que se quer reeleger emprega, para isto, o incontrastável poderio do Estado e quase sempre o consegue.

E' claro que de outra forma se apresenta o problema no sistema parlamentar. O presidente da República é apenas um magistrado que não exerce prôpriamente o govêrno e

se encontra fora da perigosa esfera de atração do poder. Nada verdadeiramente impede que êle se possa reeleger. Trata-se simplesmente da recondução de um magistrado que bem serviu.

Reveste-se, pois, de suma gravidade a tentativa, que parece estar-se processando, no sentido de manter o sr. Juscelino Kubitschek no govêrno, quer imediatamente, quer pela interposição de um mandato-tampão. A reelegibilidade pura e simples é um atentado frontal ao regime; mas talvez mais grave, pela hipocrisia de que se reveste, é a aparente solução de continuidade, que permitiria a permanência no govêrno sem formal derrogação do princípio.

Ainda quando fôsse excepcional e verdadeiramente providencial o governante, não se justificaria a reeleição. Maiores do que os supostos benefícios da continuidade, seriam os malefícios do abandono do salutar princípio. Tratando-se, porém, de um govêrno como o do sr. Juscelino Kubitschek, que, com a sua irresponsabilidade está levando o país ao caos, e não se sabe se logrará chegar sem abalos ao fim do seu mandato, pensar em reelegê-lo seria tão rematada loucura que, somente a inconsciência explicaria. Mas desta loucura nos estamos abeirando, pois a Nação parece insensível e anestesiada, e dificilmente poderá oferecer resistência aos aventureiros que não respeitam obstáculos.